



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG – 20/05/2013
ATA 09/2013

2
3
4
5 Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às 14 horas, na Sala de Reuniões da
6 Procuradoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, situada no Eixo
7 Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília-DF, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos
8 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram presentes os
9 Excelentíssimos(as) Senhores(as) Doutores: Sérgio Jucá, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas;
10 Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das Chagas Santiago da
11 Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Marcus Renan Palácio, representando Alfredo
12 Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procuradora-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira
13 Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT; Fábio Vello representando Éder
14 Pontes da Silva, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Lauro Machado, Procuradora-Geral
15 de Justiça de Goiás; Regina Lúcia de A. Rocha, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo
16 Ferra de Carvalho, representando Paulo Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça do Mato
17 Grosso; Paulo Cezar dos Passos, representando Humberto Brittes, Procurador-Geral de Justiça do
18 Mato Grosso do Sul; Carlos André Mariani Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça de Minas
19 Gerais; Marcos Antônio Ferreira, Procurador-Geral de Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle
20 Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba e Presidente do CNPG; Gilberto Giacoia, Procurador-
21 Geral de Justiça do Paraná; Aguinaldo Fenelon, Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco;
22 Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro; Manoel Onofre de Souza
23 Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte; Orlando Rochadel Moreira,
24 Procurador-Geral de Justiça de Sergipe; Vera Nilva Alvares Rocha, Procuradora-Geral de Justiça de
25 Tocantins; e Eduardo Antunes Parmeggiani, representando o Procurador-Geral do Trabalho, Luís
26 Antonio Camargo. **INFORMES INICIAIS:** Iniciando os trabalhos, Doutor Oswaldo Trigueiro,
27 Presidente do CNPG, saudou os presentes, em especial à anfitriã, Dra. Eunice, PGJ do MPDFT,
28 agradecendo-lhe pela excelente recepção, também saudou a votação do Colega Veiga no RS,
29 transmitindo o abraço do CNPG pela excelente votação, e as presenças do Corregedor Nacional, Dr.
30 Jeferson Coelho e o Conselheiro Alessandro Tramujas. Nos informes iniciais, falou que os objetivos
31 da presente Reunião aprovar as estratégias de mobilização nos estados contra a provação da PEC
32 37, discutir o poder investigatório do MP e fortalecer a integração do MP brasileiro. Em seguida foi
33 passada a palavra ao Corregedor Nacional, Dr. Jeferson, que falou que a sua presença era de
34 cortesia ao Colegiado trazendo apoio para os pleitos e lutas que o MP está enfrentando. Após, foi
35 passado a palavra ao Conselheiro Alessandro Tramujas, que ratificou as palavras do Corregedor e a
36 todos aqueles que contribuíram para a sua indicação novamente ao CNMP, também parabenizou
37 o CNPG pelo excelente trabalho desenvolvido no Congresso Nacional em face da PEC 37,
38 colocando-se a disposição para ajudar em todas as movimentações. Após, os PGJs Fenelon e
39 Giacóia enalteceram o trabalho desenvolvido pelo Corregedor Nacional e pelo Conselheiro
40 Tramujas no CNMP. Retomando a palavra o Presidente falou ser esta semana muito importante
41 para debater-se e termos algumas conclusões resolutivas para levarmos à discussão do grupo de
42 Trabalho no Ministério da Justiça sobre a PEC 37. Falou que neste grupo, fora a representação das
43 polícias, existe a representação do CNPG, da CONAMP, da ANPR e por solicitação do Presidente da
44 Câmara dos Deputados, da presença do futuro PGJ do RN, Rinaldo Reis. Acerca da reunião
45 passado do Grupo de Trabalho da PEC 37, falou o Presidente que o Ministro da Justiça estabeleceu

1 alguns pontos para serem avaliados pelo Colegiado, sendo estes os referenciais da presente
2 reunião, que são aqueles que foram colocados pelo STF nas questões de modulação, publicidade,
3 prazos, limites da investigação etc. Foram positivas a abertura das reuniões do grupo de trabalho,
4 onde se estabeleceu um grupo ainda menor para pequenas discussões, composto por 2
5 representantes do MP e dois representantes das polícias, sob a coordenação do Secretário da
6 reforma do Judiciário, Dr. Flávio Caetano. A discussão avançou na situação de um Projeto de Lei
7 para se discutir a questão da modulação ou regras da investigação criminal pelo MP e , no outro
8 ponto, alterar a PEC 37, se adequando a possibilidade do MP investigar. Falou o Presidente
9 também da importância do Colegiado analisar essa proposta, para levarmos nossas conclusões
10 para a reunião de quinta-feira no Ministério da Justiça. Em seguida, Dr. Oswaldo pediu ao Colega
11 Paulo Passos para que fizesse a leitura dos artigos da presente reunião. Ao final das discussões do
12 Colegiado, o Presidente falou da importância da participação do Colegiado nesse processo de
13 Construção deste projeto de lei que disciplina o poder investigatório do MP, dizendo que a noite
14 se reuniria com o seguimento CONAMP e ANPR para condensar todas as propostas apresentadas
15 pelo CNPG e demais associações do MP, para que na reunião de amanhã seja aprovado o texto
16 final do presente Projeto de Lei, assim como as propostas constitucionais alternativas à PEC 37. Dr.
17 Oswaldo agradeceu a presença de todos, enaltecendo o engajamento dos presentes nessa luta em
18 face da PEC 37. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão, sendo por mim,
19 Adrio Nobre Leite, Secretário-Executivo, lavrado a presente ata.

20

21

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Presidente do CNPG

22

23

24

25

Adrio Nobre Leite
Secretário-Executivo do CNPG

26